

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ORIENTADORES EDUCACIONAIS DESENVOLVIDA PELA COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA (CBAI) PARA O ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL (1946-1963)

THE TRAINING OF TEACHERS AND EDUCATIONAL ADVISORS DEVELOPED BY THE BRAZILIAN-AMERICAN COMMISSION (CBAI) FOR INDUSTRIAL EDUCATION IN BRAZIL (1946-1963)

Mario Lopes Amorim*
marioamorim@utfpr.edu.br

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo analisar as prescrições definidas pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) na formação de professores e orientadores educacionais para o ensino industrial no Brasil, durante o período em que programa de cooperação atuou no país, entre 1946 e 1963. O conjunto de práticas pedagógicas precisadas pela CBAI tinha por base a denominada Racionalização Científica, inspirada na realidade do trabalho fabril e adaptado para o ambiente escolar. Utilizou-se como fonte de pesquisa o Boletim da CBAI, publicação do referido programa sobre a concepção de ensino e sobre a atuação da referida Comissão, com o fito de compreender a importância que a CBAI conferia ao ensino industrial como condição para o desenvolvimento econômico, e como tal entendimento se entrelaçava com as práticas formativas efetivadas. Conclui-se pela influência do americanismo como diretiva na formação docente e de orientadores para o ensino industrial, responsáveis que seriam pela conformação da força de trabalho de nível técnico para a indústria brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: CBAI; Ensino industrial; Racionalização científica.

ABSTRACT: This article aims to analyze the prescriptions defined by the Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) in the training of teachers and educational advisors for industrial education in Brazil, during the period in which the cooperation program operated in the country, between 1946 and 1963. The set of pedagogical practices specified by CBAI was based on the so-called Scientific Rationalization, inspired by the reality of factory work and adapted to the school environment. We used as a research source the magazine Boletim da CBAI, a publication of the aforementioned program on the conception of teaching and on the performance of the aforementioned Commission, with the purpose of understanding the importance that the CBAI gave to industrial teaching as a condition for economic development, and how this understanding was intertwined with the training practices carried out. It is concluded by the influence of Americanism as a directive in the training of teachers and educational advisors for industrial education, which would be responsible for the formation of the labor force of technical level for Brazilian industry.

KEYWORDS: CBAI; Industrial education; Scientific rationalization.

Introdução

Em 03 de janeiro de 1946 foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), um programa de cooperação firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, com o objetivo de formar professores para atuar no Ensino Industrial no Brasil, numa conjuntura em que o país vinha experimentando um processo de expansão industrial que se esboçava desde a década de 1930, aliada à crescente preocupação dos

* Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2004) e pós-doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2010). Atualmente é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Estados Unidos com a América Latina, já observada durante a Segunda Grande Guerra, e ampliada com a irrupção da Guerra Fria.

Este artigo procura analisar a atuação da CBAI na formação de orientadores educacionais e de docentes para o ensino industrial no Brasil durante o período em que foi atuante no país, entre 1946 e 1963. Para tanto, a investigação se valeu de textos presentes na publicação *Boletim da CBAI*, referentes ao tema da metodologia desenvolvida para o ensino industrial pelo referido programa. Tem-se como objetivo compreender o papel da cooperação estadunidense na formação dos serviços de orientação educacional do ensino industrial, capacitando-os para atuar junto aos docentes dessa modalidade de ensino, pela aplicação de métodos específicos para tal. A CBAI procurava divulgar e demonstrar as vantagens da ideologia do americanismo, baseada nos ideais de democracia liberal, progressivismo enquanto racionalidade, e tradicionalismo como defesa dos valores familiares e religiosos (TOTA, 2000). Os ideais correspondentes a esse sistema de ideias estão presentes ao longo dos textos publicados nos boletins da CBAI, que enfatizavam o quão valiosas eram para o desenvolvimento do país as atividades desenvolvidas pela Comissão, no sentido de representarem o exemplo a ser seguido pelo Brasil no rumo do progresso.

Nos boletins da CBAI, bem como em suas publicações a respeito do ensino industrial, se encontra o conceito-chave que irá delimitar toda a sua participação no desenvolvimento de tal ramo de ensino: a produtividade. Esta, por sua vez, seria uma meta perseguida para que as escolas industriais e técnicas pudessem dar conta de atender a uma necessidade urgente do país: a formação de mão-de-obra mais qualificada para a indústria, condição *sine qua non* para que o Brasil progredisse e deixasse de ser um país subdesenvolvido. Embora tal discurso já se verificasse nos organismos de Estado definidores das políticas para a educação e entre o empresariado industrial desde a década de 1930,¹ foi apenas com a criação e a participação da CBAI que se definiu o rumo a ser percorrido pelo ensino industrial para atender a tão significativa demanda.

As atividades da CBAI concentraram-se em alguns pontos específicos: introdução de serviços de Orientação Educacional e Profissional nas escolas da rede federal; cursos de formação e aperfeiçoamento de professores e administradores do ensino industrial;

¹ Ver RODRIGUES, 1998; WEINSTEIN, 2000.

elaboração e publicação de material didático específico para a introdução de métodos de trabalho racionais.

Este trabalho caracteriza-se como sendo um estudo descritivo-interpretativo, pois importa descrever e interpretar o processo de formação de orientadores educacionais e de professores para o ensino industrial em artigos do *Boletim da CBAI*, numa abordagem eminentemente qualitativa, em que “o pesquisador pergunta-se cotidianamente que significados têm as ações e os eventos de ensino, avaliação e currículo para os indivíduos que deles participam” (MOREIRA, 2011, p. 49).

A análise de periódicos de imprensa educacional para os estudos no campo da História da Educação é de extrema importância, pelo fato de propiciar um retrato de determinada conjuntura histórica, não apenas no que concerne às ideias, discursos e práticas pedagógicas, mas também por oferecer um espectro mais amplo da própria sociedade e de suas representações ideológicas. De acordo com Nóvoa (1997, p. 11, 15),

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível *macro* do sistema mas também no plano *micro* da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente [...] é preciso sistematizar um conjunto de problemas e definir planos teóricos de abordagem que permitam a sua explicação e interpretação; trata-se de compreender as dimensões sociais da educação, ultrapassando uma mera descrição das ideias, das reformas, dos programas e das práticas educativas.

Logo, as revistas educacionais facultam ao pesquisador um vasto universo que engloba desde aspectos do cotidiano escolar até os grandes projetos educacionais contidos em legislações específicas, o que inclui seus objetivos não explicitados na letra da lei.

Assim, este artigo procede a uma análise das prescrições de técnicos estadunidenses e brasileiros presentes em artigos publicados no *Boletim da CBAI* para uma maior efetividade do ensino industrial no Brasil, de acordo com os objetivos estabelecidos pela CBAI a partir da formação que proporcionou aos orientadores educacionais e docentes da referida modalidade de ensino. Posteriormente, será destacada a relação entre as ações da CBAI para a formação de técnicos para a indústria e o nacional-desenvolvimentismo do final da década de 1950 e início da década de 1960.

A importância do ensino industrial pelo viés da CBAI

Quais eram a visão, a importância e os objetivos do ensino industrial para os técnicos da CBAI? Como sua atuação contribuiria para auxiliar o Brasil na sua marcha para o desenvolvimento? Com o fito de responder a tais questões, serão tomados como referência textos produzidos pelos técnicos estadunidenses da CBAI atuantes no país durante a vigência do programa de cooperação.

Em primeiro lugar, o ensino industrial deveria capacitar os indivíduos civicamente, socialmente e economicamente. No primeiro caso, preparar os estudantes para cumprir suas obrigações e deveres para com o país, transmitindo-lhes noções de civismo; no segundo caso, conscientizá-los de que têm deveres com seus colegas e semelhantes, e que devem cumpri-los a fim de contribuírem para o bem comum; quanto ao último ponto, devem estar preparados para proverem seu próprio sustento e o de suas famílias, trabalhando para o progresso e o desenvolvimento do país, que acabará revertendo em seu próprio benefício. Para que isto fosse atingido, o processo educacional deveria tratar “essencialmente do problema de tornar o indivíduo economicamente capaz e esse treinamento está particularmente relacionado com o ensino de técnicas e de tecnologia do ofício ao adolescente, que ainda se prepara na escola para uma carreira na indústria” (BERMAN, 1955, p. 1455). Como se pode notar, a capacitação econômica através do treinamento recebido levaria o aluno a tornar-se um cidadão produtivo, e conseqüentemente permitiria que ele cumprisse com todos os deveres acima enunciados, ajudando no crescimento do Brasil.

O técnico da CBAI Vee Winward (1955, p. 1342), considerava que “a função precípua da escola [técnica] é proporcionar ao aluno elementos para compreender e apreciar a nossa civilização mecânica, fazendo-o sentir a sua importância na vida moderna”, pois “a Nação, que no preparo da sua mocidade, tiver em mira os princípios da produção moderna, terá um progresso mais rápido. A marcha ascensional do seu padrão de vida será decisiva e estará menos sujeita a soluções de continuidade”. A indústria deveria presidir os rumos tomados pela educação industrial, e como depende de uma força de trabalho bem preparada, a formação recebida pode permitir uma melhoria de suas condições sociais, pois os “dividendos proporcionados pelo incremento da produção, o aumento do poder aquisitivo dos operários, o anseio crescente de prosperar culminarão, e o padrão de vida tenderá a seguir marcha ascensional (WINWARD, 1955, p. 1342).

Essa linha de pensamento dos técnicos estadunidenses não era nova:

Taylor estava convencido de que a racionalização do trabalho e o desenvolvimento da produção permitiriam que os patrões enriquecessem, bem como os operários, e desse modo se chegaria à felicidade humana. [...] Durante muito tempo, a sociedade industrial acreditou que o desenvolvimento econômico, unido à eficácia da técnica, conduziria ao progresso material e ao bem-estar da humanidade. (DURAND, 1985, p. 63)

Tal visão ideológica do progresso técnico como caminho para o desenvolvimento era, sem sombra de dúvida, o pensamento predominante entre os técnicos da CBAI, e se tornou hegemônica no âmbito do MEC e do próprio Estado brasileiro, como se pode depreender pelo teor das mensagens presidenciais do período, mesmo com diferentes chefes do Executivo (BRASIL. MEC. INEP, 1987).

Para que o ensino industrial possa preparar adequadamente seus alunos para cumprir o papel a eles destinado para o progresso do país, as escolas técnicas e industriais teriam que seguir uma série de preceitos. A *eficiência* na preparação do aluno, para que este seja de fato capacitado para atuar na indústria de uma determinada região, é a primeira regra a ser observada pelas instituições de educação industrial, e que deve ser evidenciada,

na proporção em que se reproduzem na oficina escolar as condições peculiares à indústria. O aluno deve executar **tarefas reais**, com ferramentas e máquinas autênticas. Deve usar roupas adequadas ao trabalho, e observar as precauções usuais e aprovadas, exigidas pelo ofício. (BERMAN, 1955, p. 1456, grifos do autor)

Mas para que isso ocorresse de fato, era fundamental que os professores também se mostrassem eficientes através de sua competência profissional, pois “para que a escola mereça o respeito das indústrias locais é mister que o seu corpo docente seja constituído de elementos competentes e experientes” (BERMAN, 1955, p. 1456). Recomendava-se aos professores de sala de aula e de oficina uma série de procedimentos, tanto de cunho didático-pedagógico quanto de comportamento, que o docente deveria adotar.²

Uma norma defendida pelos técnicos da CBAI era a especificidade do Ensino Industrial quanto aos métodos didáticos. A justificativa para essa particularidade baseava-se no caráter próprio de cada ofício a ser ensinado, devendo-se evitar as generalizações quando

² O técnico da CBAI Edward Berman enumera uma longa lista de procedimentos, que envolve desde o domínio da matéria lecionada, atualização de conteúdos, até quanto à sua apresentação pessoal. Para maiores detalhes, ver: BERMAN, 1955, p. 1489-1490.

do uso de material didático, bem como da organização de disciplinas escolares. Outro ponto a ser ressaltado diz respeito ao *treinamento*. A esse respeito, julgamos mais esclarecedor transcrever as observações do próprio técnico da CBAI Edward Berman:

O Ensino Industrial é, em sua pedagogia, baseado na psicologia do hábito. A formação de hábitos depende do treinamento contínuo. O Ensino Industrial é eficiente quando as experiências específicas de treinamento, para formação de hábitos corretos de agir e pensar, são repetidas até que os hábitos desenvolvidos sejam aqueles que levem o indivíduo a possuir as **qualificações necessárias a um emprego rendoso**. [...]

O treinamento de cada aluno deve ser levado até o ponto em que a habilidade desenvolvida tenha valor econômico para o empregador. A menos que isto seja feito, o treinamento não terá valor para o indivíduo, para o empregador ou para a sociedade. (BERMAN, 1955, p. 1457, grifos do autor)

O tipo de ensino baseado no treinamento repetitivo para aquisição de determinados hábitos, a partir de situações de trabalho reais, remete-nos ao segundo princípio básico da Administração Científica: “selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar, e aperfeiçoar o trabalhador” (RAGO; MOREIRA, 1995, p. 21). Ou seja, a função do Ensino Industrial é, a partir de uma realidade industrial dada, ministrar o treinamento mais adequado para essa situação específica. Por isso a necessidade de professores muitos bem capacitados para definir e ensinar quais os procedimentos a serem incorporados pelos alunos, numa situação análoga à do administrador taylorista, pois o docente, conhecedor dos métodos “corretos”, repassa-os aos seus alunos como o modo “científico” de realizar determinada operação. As finalidades desse treinamento aparecem de forma clara nas palavras de Edward Berman: “[...] uma maior produtividade do trabalho iria trazer ganhos maiores tanto para os patrões quanto para os operários, para os quais os ganhos seriam representados nos salários maiores e nos prêmios de produção” (RAGO; MOREIRA, 1995, p. 17).

Outra regra recomendada por Berman é a de que “**a Administração do Ensino Industrial é eficiente quando ela é mais elástica e flexível do que quando rígida e padronizada**” (BERMAN, 1955, p. 1458, grifos do autor). A administração deve se preocupar em adequar toda e qualquer atividade deste ramo de ensino para o atendimento das necessidades do setor fabril, como levantamentos para verificar quais cursos devem ser criados, quais as suas necessidades, que disciplinas devem ser lecionadas, bem como cuidar do melhor aproveitamento por parte dos alunos, sendo atendidas suas diferenças individuais e seus ritmos de aprendizagem desiguais.

Por fim, mas não menos importante: a existência de *recursos financeiros*, neste caso procedentes da própria CBAI, para “**material, equipamentos, material didático, prédio, conservação e reparos de equipamento, serviço de orientação, auxílios visuais, dispositivos para prevenção de acidentes, bibliotecas, alimentação e alojamentos para os alunos, quando necessário**” (BERMAN, 1955, p. 1458, grifos do autor), o que proporcionaria um ambiente escolar adequado. Tais medidas, vale lembrar, eram propugnadas pelos defensores da Racionalização Científica, ao sustentarem que “as melhorias introduzidas no ambiente de trabalho, apesar das despesas que acarretam, constituem imediatamente profundo motivo de satisfação dos operários e estímulo para melhor rendimento” (PAGANO, 1942, pp. 86-7).

Edward Berman recomendava também a manutenção de um Programa de Relações Públicas com as escolas fornecedoras de alunos, indústrias e artífices da região, imprensa e pais de alunos, para propagandear o discurso da importância estratégica das instituições de ensino profissional para o desenvolvimento do país. A seguir, veremos como a atuação da CBAI procurará contemplar as recomendações acima explicitadas.

Serviços de Orientação Educacional e Profissional

A partir de 1949, a CBAI começou a introduzir a Orientação Educacional e Profissional nos seus cursos de férias para professores e diretores das escolas industriais e técnicas, passando em seguida para a criação de tais serviços nessas instituições de ensino.

O entendimento dos técnicos da CBAI a respeito da Orientação Educacional e Profissional é o da *adaptabilidade*:

a orientação é de um modo geral a assistência que se dá ao indivíduo na resolução de seus problemas procurando ajustá-lo ao meio social em que vive. No Ensino Industrial, a orientação deve ainda ajudar o aluno a escolher uma ocupação, preparar-se para ela, ingressar e progredir na profissão escolhida. (RIBEIRO, 1954, p. 1246)

Por esse ponto de vista, Orientação Educacional e Profissional se confundem, ambas são atividades da vida escolar. Assim, as escolas técnicas deviam levar em conta a importância da escolha profissional, porém sem descuidar de sua tarefa principal, o ajustamento integral do aluno.

Em trabalho apresentado no Curso para Diretores, organizado pela CBAI, o professor Altamiro Ribeiro ressalta a importância do orientador, que para obter êxito em sua função deve ser uma pessoa com nível de formação superior e conhecimentos especializados em

psicologia, sociologia, estatística, educação, filosofia da educação e biologia, ser capaz de manter um bom relacionamento com os pais e responsáveis pelos alunos, e estar sempre atualizado em relação aos novos conhecimentos científicos relacionados à área, mantendo intercâmbio com orientadores de outras instituições de ensino e participando de cursos e conferências.

A função da orientação, portanto, é a de disciplinar os alunos no ambiente escolar, visando forjar um trabalhador disciplinado e produtivo, por isso apresentando uma “característica *preventiva* (ao evitar a eclosão de problemas na Escola, funciona como domesticadora dos indivíduos à futura vida profissional)” (PIMENTA, 1981, p. 77).

O Serviço de Orientação também deveria criar uma impressão favorável a seu respeito para toda a comunidade escolar, além de fazer propaganda da escola. A publicidade sobre a instituição era considerada como fundamental para divulgar o quanto sua contribuição era preciosa no concernente ao desenvolvimento do Brasil, ao reforçar que seu trabalho estava embasado em pressupostos tidos como científicos.

Quanto aos métodos e materiais a serem utilizados pelos orientadores, testes de verificação de aprendizagem e de aptidões, fichários com dados sobre os alunos, questionários de acompanhamento de alunos, levantamentos sobre o mercado de trabalho da região e cartas de apresentação de alunos estavam entre os mais importantes.

O técnico da CBAI Stanley Kruszyna destacava a importância do professor como auxiliar na Orientação. Encarado como o membro do corpo de funcionários da escola que está em contato mais direto com os discentes, é importante que ele observe com atenção o comportamento dos alunos e repasse tal informação ao Serviço de Orientação. Trabalhando no sentido de estabelecer boas relações com os estudantes, o docente contribui para o “desenvolvimento de bons hábitos de trabalho e do ajustamento satisfatório do aluno” (KRUSZYNA, 1954, p. 1208), cooperando com a diretriz *preventiva* acima referida.

Em suma, o Serviço de Orientação nas escolas industriais e técnicas tinha uma função essencial na instituição escolar: a produção de saberes sobre os estudantes através do registro de suas condutas, que serão utilizados para a instauração de

um modo de poder onde a sujeição não se faz apenas na forma negativa da repressão, mas, sobretudo, no modo mais sutil do adestramento, da

produção positiva de comportamentos que definem o 'indivíduo' ou o que 'deve' ele ser segundo o padrão da 'normalidade'. (MUCHAIL, 1985, p. 199)

Tais padrões seriam aqueles apontados pela Racionalização Científica, a eficiência e a produtividade.

Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Orientadores do Ensino Industrial

Na criação da CBAI, já estava definido como um de seus projetos principais a organização de programas de treinamento de professores e administradores para o ensino industrial (MONTOS, 1949, p. 55). Neste tópico, serão analisadas as normas estabelecidas para a organização e o funcionamento dos cursos para orientadores educacionais, que compuseram os referidos programas.

O primeiro curso para orientadores educacionais das escolas da rede federal promovido pela CBAI iniciou-se no Rio de Janeiro em abril de 1950, prosseguindo nos E.U.A. a partir de setembro do corrente. Já no ano seguinte, esse evento restringiu-se ao então Distrito Federal (FONSECA, 1961, p. 570, v. I). Os cursos para treinamento de orientadores eram realizados durante as férias docentes, e sofreram descontinuidades até a organização do Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores (CPTP), mantido pela CBAI e instalado na Escola Técnica de Curitiba, a partir de 1957. Desde o primeiro, realizado em 1950, até 1955, foram realizados três cursos, com a habilitação de doze orientadores (VIANA, 1955, p. 1385). Na descrição do curso realizado entre novembro de 1954 e fevereiro de 1955, colocava-se como objetivo o treinamento de dezoito candidatos, selecionados em vários estados do Brasil, para preencherem vagas de orientadores nas escolas industriais da rede federal. O curso tinha a supervisão geral do técnico estadunidense Stanley Kruszyna, e era organizado em sete disciplinas (CURSO..., 1955). Era composto por:

aulas, seminários, prática das técnicas de orientação, trabalho e estudo em grupo, visitas a estabelecimentos de ensino, a empresas industriais e a outras instituições [...]. A prática das técnicas de orientação foi realizada com o emprego dos processos mais indicados para esse fim, como: estudo de casos; entrevista-demonstração gravada, repetida e comentada; filmes explicados e discutidos; aplicação e interpretação de testes; elaboração e interpretação de dados estatísticos; confecção de material para publicidade da escola e dos cursos; plano para estudo de comunidade; estudo de monografias profissionais; preenchimento de fichas de oportunidades profissionais e educacionais; trabalho com as fichas usadas no serviço; avaliação do curso pela opinião dos próprios candidatos. (CURSO..., 1955, p. 1387)

Após a conclusão do curso, os orientadores formados retornavam às suas escolas, a fim de instalarem ou aprofundarem os Serviços de Orientação, caracterizando o que o então diretor do INEP, Anísio Teixeira, considerou como “o estabelecimento de uma ‘dimensão nova’ em nosso sistema educacional” (CURSO..., 1955, p. 1387).

Até a instalação e efetivo funcionamento do CPTP da CBAI, na Escola Técnica de Curitiba, os cursos para orientadores careciam de uma melhor estruturação, muitas vezes não se realizando em determinado ano por não terem sido devidamente organizados, pela falta de uma maior divulgação, o que levou muitas vezes a serem frequentados por um número reduzido de participantes. A criação do CPTP veio no sentido de corrigir tal falha, a fim de que a CBAI pudesse cumprir seus objetivos de implementação de uma mentalidade de ensino direcionada pela Racionalização Científica.

A formação de técnicos como condição para o desenvolvimento

O *Boletim da CBAI* foi um destacado veículo de divulgação da imprescindibilidade da formação de técnicos como condição fundamental para o desenvolvimento do Brasil, ainda mais num momento de intensa expansão industrial. Tal discurso é característico não apenas do período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), mas já era difundido em governos que lhe antecederam (AMORIM, 2004). Era comum a ênfase no auxílio estadunidense como condição essencial para o avanço do ensino industrial, que permitiria uma melhor qualificação de mão-de-obra para alavancar o progresso do país. Quando do encerramento do Segundo Curso de Treinamento de Professores, em 1958, o diretor estadunidense do CPTP, Robert S. Hoole, constatava “que o ensino industrial no Brasil está progredindo e que sua pátria acompanha com interesse e euforia o progresso que aqui se desenvolve, certa de que, em futuro próximo, estaremos emancipados dos problemas que hoje nos preocupam” (ENCERRAMENTO..., 1958, p. 10).

Também entre os brasileiros predominava a concepção messiânica da educação técnico-industrial como essencial para o desenvolvimento do país. A convocação para a reunião comemorativa do cinquentenário do ensino profissional federal, realizada em Volta Redonda, entre 21 e 26 de setembro de 1959, reforça que

Nos últimos anos, o Brasil parece ter-se acordado e compreendido a importância de desenvolver e incrementar o ensino profissional, sem o qual, aliás, a sua industrialização estaria passível de solução de continuidade. Atualmente, todo o País se sacode no afã de melhorar e aumentar o

elemento humano especializado, que deverá crescer paralelamente com o mercado de trabalho.

Mais mão de obra especializada, mais técnicos, mais professores, mais equipamento, mais providências capazes de determinar uma expansão objetiva e racional desse ramo de instrução, é a voz súplice dos setores industriais. (CINQUENTENÁRIO..., 1959, p. 7)

No entanto, deve-se levar em consideração que, para haver uma expansão quantitativa e qualitativa do ensino industrial, era fundamental o programa de cooperação com a participação estadunidense, porque este seguia o caminho da racionalização, da eficiência e do ajustamento do estudante e do trabalhador. Os objetivos das disciplinas do Curso de Formação de 1960 são reveladores das intenções racionalizadoras. A cadeira de *Planejamento dos Currículos e Programas* apresentava que “1 - os cursistas deverão conhecer os processos fundamentais e métodos de análise de ofício e dos trabalhos; 2 – **Os cursistas deverão aceitar a necessidade do ensino metódico dos ofícios, pelo uso de uma série metódica de tarefas [...]** (OBJETIVOS ..., 1960, p. 14, grifos nossos). Já na cadeira de *Prática de Oficina*,

2 – **Os cursistas deverão habituar-se ao uso dos processos mais racionais e modernos de trabalho;** 3 – Os cursistas deverão habituar-se aos processos de trabalho que exigirão, quando professores, de seus alunos:

- a) Obediência às folhas de tarefas
- b) Uso das folhas de informações [...]
- d) Padrões de qualidade e rapidez. (OBJETIVOS ..., 1960, p. 14, grifos nossos)

Conclui-se que os processos formativos efetivados pela CBAI tinham por objetivo “moldar o elemento formador de técnicos” (IRMÃOS..., 1961, p. 16), de acordo com os preceitos de Racionalização Científica, pois o treinamento de professores para o ensino industrial deveria ser efetuado de modo que os docentes, ao trabalharem com os alunos dos cursos técnicos, seguissem por esta senda, garantindo a formação de indivíduos direcionados para a eficiência produtiva, fator tido como fundamental à expansão industrial pela qual passava o Brasil no período. Isso sem contar com a imposição dos valores do *american way of life*, envolvendo a ideologia da operosidade estadunidense e os valores liberais ocidentais com os quais o Brasil deveria se alinhar, numa conjuntura de conflito com o chamado socialismo real, apresentado como “inimigo da liberdade” na conjuntura em tela. Assim, era essencial cuidar da preparação dos professores do ensino industrial, já que seriam eles os responsáveis pela preparação dos técnicos de nível médio, considerados decisivos para o progresso do país.

Tal concepção permeia os boletins da CBAI. No editorial da edição de fevereiro de 1959, enfatiza-se que,

com a crescente falta de mão de obra especializada, as escolas profissionais passam a ocupar lugar de suma importância no cenário nacional. Daí o interesse do Governo em querer dotá-las dos requisitos necessários de modo que possam vir em socorro da falta de técnicos, pondo anualmente o maior número possível de profissionais habilitados à disposição da indústria florescente. (SEMINÁRIO..., 1959, p. 1)

O que diferencia o técnico, enquanto elemento diferencial para o progresso do país, dos operários não-qualificados, são as

[...] bases de cultura com noções gerais de desenho, matemática, português, amplos conhecimentos de tecnologia da sua profissão e outras matérias que lhe são correlatas. [...]

Profissional na expressão verdadeira é aquele que conhece a tecnologia, a prática e ainda tem bases suficientes para progredir dentro do campo profissional. A tecnologia e a prática são irmãs gêmeas; nasceram juntas, são, portanto, amigas de todos os profissionais competentes e andam de braços dados com os aprendizes que desejam uma formação profissional completa.

Está aí, portanto, o porquê da profissão que muitos desejam conhecer, e, quando conseguem, tornam-se em condições de dirigir grupos profissionais, transmitir seus ensinamentos ou trabalhar por conta própria. (CURSOS..., 1960, p. 4)

Portanto, os técnicos, através da formação recebida nos bancos escolares, seriam os elementos capazes de auxiliar decisivamente no progresso do país, pois desempenhariam funções fundamentais, como “detalhar projetos; distribuir tarefas; e coordenar a produção e controlar resultados” (CUNHA, 2000, p. 115), sendo o elo de ligação entre o engenheiro e os mestres e operários qualificados, uma vez que esteja capacitado para o entendimento das atividades de ambos. Assim, é quem coordena os projetos concebidos pelos engenheiros, detalhando as tarefas a serem desempenhadas por aqueles responsáveis pela execução dos trabalhos. Nesse contexto, por conta deste importante papel, para o qual estariam habilitados devido à formação especializada obtida em instituições de ensino industrial, os técnicos obteriam maior reconhecimento profissional, inclusive no que tange à sua remuneração, pois na conjuntura em tela havia “um mercado de trabalho francamente favorável devido à expansão industrial. [...] A indústria disputava os poucos técnicos que se formavam oferecendo altos salários, muitas vezes superiores aos salários dos engenheiros recém-formados (NASCIMENTO, 1987, p. 14).

Considerações finais

Dada a nova conjuntura advinda com o pós-guerra, baseada na divisão do mundo em dois blocos opostos, e com o alinhamento do Brasil com os E.U.A., ganha força a circulação da ideologia do americanismo, inclusive no âmbito da educação, e mais especificamente na educação industrial. Robustece-se a concepção de que somente através de procedimentos racionalizadores se poderia chegar à prosperidade. Não basta apenas haver vontade de fazer o país progredir, há que se conhecer os caminhos adequados para tanto.

Logo, o ensino industrial deveria estar voltado para a aprendizagem dos conhecimentos adequados à operação das máquinas que edificarão o Brasil do futuro, desde que utilizados de acordo com os métodos da racionalização científica. Nas palavras do superintendente brasileiro da CBAI, Francisco Montojos, não se deve perder de vista o objetivo da reforma do ensino industrial, que é o de “formar a nossa juventude para o trabalho e harmonia social” (MONTIJOS, 1956, p. 1570). A influência do progressivismo de matriz estadunidense passa a predominar no ensino técnico-profissional brasileiro, pela via de um programa que, sob o rótulo da cooperação e assistência técnica internacional para o desenvolvimento, refletia um projeto de dominação geopolítica e social, de conformação da força de trabalho.

Assim, urgia capacitar todos aqueles que fossem atuar no ensino industrial, de acordo com o que se considerava o “modo certo” de trabalhar, ancorado nos princípios da eficiência e da produtividade, de cariz nitidamente taylorista. A atuação da CBAI abrangia cursos de formação de docentes e orientadores em exercício nas escolas industriais e técnicas, que seriam os responsáveis pela preparação do elemento técnico qualificado para fazer o Brasil avançar na trilha do desenvolvimento.

Era dada tal importância à formação desses quadros técnicos que, no discurso das autoridades, educacionais ou não, sem eles o progresso industrial do país ficaria sensivelmente prejudicado. Esse entendimento da questão nos ajuda a compreender a continuidade do programa aplicado pela CBAI, na constituição de uma espécie de “elite” dentre os trabalhadores da indústria, da qual o Brasil não pode prescindir, e que serviria como exemplo para os demais segmentos da classe trabalhadora de como deveria ser a força de trabalho ideal para o nosso desenvolvimento, despolitizada, disciplinada e produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, M. L. Exigência para o desenvolvimento das nossas indústrias: o ensino técnico no contexto da lei orgânica do ensino industrial. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 17, p. 123-138, 2013.
- BERMAN, E. Conceitos fundamentais do ensino industrial. *Boletim da CBAI*. Rio de Janeiro, v. IX, n. 8, p. 1455-1458, ago. 1955.
- BRASIL. MEC. INEP. *A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)*. Brasília: INEP, 1987. 2v.
- CINQUENTENÁRIO da criação do ensino profissional federal – reunião em Volta Redonda. *Boletim da CBAI*. Curitiba, v. XIII, n. 7, p. 7, jul/ago. 1959.
- CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora da UNESP/Brasília: Flacso, 2000.
- CURSO para treinamento de orientadores. *Boletim da CBAI*. Rio de Janeiro, v. IX, n. 3, p. 1386-1388, mar. 1955.
- CURSOS noturnos. *Boletim da CBAI*. Curitiba, v. XIV, n. 5-6, p. 3-4, jul/ago. 1960.
- DURAND, C. A ideologia tecnocrática na organização do trabalho. In: PIMENTEL, Duarte *et al.* *Sociologia do trabalho: organização do trabalho industrial*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1985.
- ENCERRAMENTO do segundo Curso de Treinamento de Professores. *Boletim da CBAI*. Curitiba, v. XII, n. 3, p. 9-11, dez. 1958.
- FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1961. 2 v.
- IRMÃOS maristas em visita ao Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores. *Boletim da CBAI*. Curitiba, v. XV, n. 5, p. 16, jul. 1961.
- KRUSZYNA, S. O professor e o programa de orientação. *Boletim da CBAI*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 3, p. 1207-1208, mar. 1954.
- MONTOJOS, F. *Ensino industrial*. RJ: MES/CBAI, 1949.
- MONTOJOS, F. O ensino industrial. *Boletim da CBAI*. Rio de Janeiro, v. X, n. 3, p. 1568-1570, mar. 1956.
- MOREIRA, M. A. *Metodologia da pesquisa em ensino*. São Paulo: Livraria da Física, 2011.
- MUCHAIL, S. T. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: RIBEIRO, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NASCIMENTO, O. V. *O ensino industrial no Brasil: 75 anos do ensino técnico ao ensino superior*. Rio de Janeiro: SENAI-DN/DPEA, 1987.
- NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- OBJETIVOS das disciplinas do curso de formação. *Boletim da CBAI*. Curitiba, v. XIV, n. 2, p. 12-14, abr. 1960.

PAGANO, M. *Princípios e técnica de racionalização industrial*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1942.

PIMENTA, S. G. *Orientação vocacional e decisão: estudo crítico da situação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1981.

RAGO, L. M.; MOREIRA, E. F. P. *O que é taylorismo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RIBEIRO, A. G. O lugar da orientação educacional e profissional no ensino industrial. *Boletim da CBAI*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 5/6, p. 1246, mai/jun. 1954.

RODRIGUES, J. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SEMINÁRIO de diretores. *Boletim da CBAI*. Curitiba, v. XIII, n. 2, p. 1, fev. 1959.

TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIANA, A. C. Orientação educacional e profissional (primeiro ponto de um programa de Educação Industrial). *Boletim da CBAI*. Rio de Janeiro, v. IX, n. 3, p. 1384-1385, mar. 1955.

WEINSTEIN, B. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN-USF, 2000.

WINWARD, V. Importância do ensino profissional na educação e na cultura. *Boletim da CBAI*, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, p. 1342-1343, jan. 1955.